

BRASIL E MOÇAMBIQUE: COLONIZAÇÃO E IMPOSIÇÃO CULTURAL

DÉBORA FELIPE RAMOS¹, JEFFERSON DE MELO SILVA², LÍVIA SERPA DE CASTRO³, LÍDIA MARIA NAZARÉ ALVES⁴

¹ Graduada em Direito pela FEAD - BH e graduanda em Letras – Português/Inglês, UEMG – Carangola, deboraframos2@gmail.com

² Graduando em Letras – Português/Inglês, UEMG – Carangola, jeffersonmesil2014@gmail.com

³ Graduanda em Letras – Português/Inglês, UEMG – Carangola, livinhaserpa@yahoo.com.br

⁴ Doutora em Letras pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Especialista em Língua Portuguesa, Metodologia do Ensino Superior, Literatura em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Graduada em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola (FAFILE), Professora na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e na Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu (FACIG). e-mail: lidianazare@hotmail.com.

RESUMO

O presente trabalho propõe um estudo de perspectiva qualitativa sobre as culturas brasileira e moçambicana antes do processo de colonização, cujos povos nativos já possuíam suas línguas e tradições e, também, sobre o processo de imposição dos padrões de ser e de viver europeus. Este trabalho aborda algumas considerações sobre os aspectos culturais dos nativos e sua relação com seus colonizadores, bem como a imposição de uma língua e de uma escrita sobre tais povos que não tinham nenhuma forma de representação gráfica, cujos meios de comunicação eram orais e, assim, considerados povos ágrafos. O objetivo é evidenciar as culturas dos primeiros habitantes e o processo de imposição cultural sobre tais povos, considerando a influência das tradições indígenas, portuguesa e africana para a formação da identidade cultural do Brasil e de Moçambique. Para autenticar este trabalho, serão feitas pesquisas de cunho bibliográfico, a fim de fundamentar e justificar esta pesquisa.

Palavras-chave: Brasil; Colonização; Imposição Cultural; Moçambique.

BRAZIL AND MOZAMBIQUE: COLONIZATION AND CULTURAL IMPOSITION

ABSTRACT

The present work proposes a qualitative study of Brazilian and Mozambican cultures before the colonization process, whose native peoples already had their languages and traditions and also the process of imposing the standards of being and living in Europe. This work addresses some considerations about the cultural aspects of the natives and their relationship with their settlers, as well as the imposition of a language and a writing on such peoples that had no form of graphic representation, whose means of

communication were oral and, thus, considered as staggered peoples. The objective is to highlight the cultures of the first inhabitants and the process of cultural imposition on these peoples, considering the influence of the indigenous, Portuguese and African traditions for the formation of the cultural identity of Brazil and Mozambique. To authenticate this work, bibliographic research will be done, in order to substantiate and justify this research.

Keywords: Brazil; Colonization; Cultural Imposition; Mozambique.

1 INTRODUÇÃO

Antes do processo de colonização, as terras brasileiras e moçambicanas já possuíam seus habitantes (indígenas e africanos) com suas próprias culturas, suas línguas e estilo de vida. No entanto, os portugueses desembarcaram na costa atlântica rendendo todos os nativos a fim de dominar suas terras em busca de riquezas e tudo que possuísse algum valor, além de impor seus padrões de ser e de viver sobre os nativos brasileiros.

Em Moçambique, aconteceu da mesma forma, porém, os africanos foram escravizados, alguns trazidos para o Brasil para trabalharem nas lavouras de café, cana-de-açúcar e nos engenhos das grandes fazendas. Os nativos brasileiros resistiram ao máximo que puderam, mesmo sendo massacrados, vituperados e marginalizados, tornando-se a principal mercadoria dos portugueses. Já os moçambicanos, ao mesmo tempo que queriam sua cultura e tradições respeitadas, queriam também compreender e aceitar a dos portugueses.

Vale ressaltar que os primeiros habitantes, tanto os brasileiros quanto os moçambicanos, eram considerados ágrafos, pois não tinham uma escrita que os representasse; porém, aprenderam a dominar e praticar a escrita e a língua dos portugueses, assim, puderam se comunicar entre si e, também, com os colonizadores. A assimilação da fala e da escrita dos primeiros habitantes, bem como o processo de imposição cultural por parte da matriz portuguesa, deram início à formação da identidade cultural brasileira e moçambicana, atrelada ao resultado da imposição europeia.

Diante disso, o presente trabalho propõe um estudo qualitativo sobre os dados bibliográficos, no tocante a cultura dos primeiros habitantes, bem como a imposição cultural da matriz europeia sobre esses povos a fim de fundamentar e justificar esta pesquisa.

2 METODOLOGIA

Estudo qualitativo sobre o processo de assimilação da fala e escrita dos nativos brasileiro e moçambicano, considerando o processo de imposição dos padrões de ser e de viver europeus sobre tais nativos, os quais eram considerados povos ágrafos apenas por não terem uma escrita que os representasse. Para isso, serão aplicadas técnicas de coletas de dados e informações bibliográficas para fundamentar o estudo realizado e justificar esta pesquisa.

3 A CULTURA BRASILEIRA E MOÇAMBICANA DOS PRIMEIROS HABITANTES

Há muito tempo atrás, antes do Brasil receber esse nome, ser colonizado e nele ser constituída uma nação, já era ocupado por vários povos que viviam de variadas formas em seu território:

Nos últimos séculos, porém, índios de fala tupi, bons guerreiros, se instalaram, dominadores, na imensidade da área, tanto à beira-mar, ao longo de toda a costa atlântica e pelo Amazonas acima, como subindo pelos rios principais, como o Paraguai, o Guaporé, o Tapajós, até suas nascentes. [...] a costa atlântica, ao longo dos milênios, foi percorrida e ocupada por inumeráveis povos indígenas. Disputando os melhores nichos ecológicos, eles se alojavam, desalojavam e realojavam, incessantemente (RIBEIRO, 1995, p. 29).

A terra já possuía seus padrões culturais, tais como a língua e estilo de vida, atribuídos pelos próprios indígenas. É evidente, então, que os colonos descobriram o que já havia sido descoberto e dominado pelos primeiros habitantes; nesse caso, os indígenas, que viraram a principal mercadoria dos europeus, aqueles que invadiram suas terras, tomaram à força suas conquistas e impuseram-lhes seus padrões de ser e de viver.

A cultura do Brasil hoje é marcada pela boa disposição e alegria, ambas inteiramente refletidas na música, como podemos observar no samba, que se tornou um exemplo de cultura nacional. Assim acontece também com os demais países do mundo todo, por exemplo, Moçambique, que possui uma cultura essencialmente acústica, devido à forma de percepção que os moçambicanos têm de ver e sentir as coisas. Essa cultura miscigenada de disposição e alegria ou acústica está notadamente presente na apreciação das fases de dominação dos respectivos países, independentemente da colonização portuguesa.

Mas antes de se aprofundar na análise dos dados colhidos sobre as culturas brasileira e moçambicana dos primeiros habitantes, será apresentado ainda que brevemente, algumas noções do que é cultura, evidenciando assim, o singelo aparato nacional de Brasil e Moçambique, dominados pela destreza dos colonizadores e obrigados a deixar no mar do esquecimento alguns aspectos ágrafos de sua escrita, se não todos.

A cultura, de forma geral, é um conglomerado muito complexo de conhecimento, arte, crença, lei, moral, costumes, bem como todos os hábitos, competências e habilidades adquiridos pelo homem, não apenas dentro da família, mas também da sociedade a qual está inserido, muito bem definida pelo antropólogo Edward Burnett Tylor, em sua obra “A cultura primitiva (Primitive Culture, 1871)”.

Essa complexidade se deve ao fato da cultura não ser mais “original”, mas sim, uma mistura de costumes e tradições de diversos povos e, “simplesmente” a “cara” de uma sociedade que sofreu e ainda pode sofrer drásticas mudanças e/ou adaptações em sua formação. Por isso, cada nação tem sua identidade cultural, ainda que influenciada por diversos fatores.

Portanto, a cultura é determinada pelo conjunto de saberes, comportamentos e modos de fazer e está associada aos valores materiais e espirituais, além de possuir um caráter simbólico, como veremos a seguir. Outras características marcantes da cultura

dos primeiros habitantes é que ela foi transmitida de geração em geração pelos líderes (pajés) das comunidades indígenas.

BRASIL E MOÇAMBIQUE ANTES DA COLONIZAÇÃO

No geral, estima-se que, quando os europeus chegaram à ilha Brasil, havia cerca de cinco milhões de autóctones que viviam nela, de maneira simples, baseados na agricultura e uma sociedade sustentada a partir de bases religiosas que, na maioria das vezes, eram politeístas (LUCIANO, 2006).

Além dos Tupis, “outros indígenas tiveram papel na formação do povo brasileiro”, tais como, os Bororos, os Xavantes, os Kayapós, os Kaigangs e os Tapuias em geral (RIBEIRO, 1995, p. 35), porém, não iremos abordá-los nesta pesquisa, mesmo que façam parte da formação de tal povo, uma vez que foram utilizados os povos Tupis de forma a representar todos os outros.

Embora os povos tupis tivessem sua cultura e uma linguagem própria, não eram uma nação, mas sim, uma tribo evoluindo em seus atributos e obrigações:

Não era, obviamente, uma nação, porque eles não se sabiam tantos nem tão dominadores. Eram, tão-só, uma miríade de povos tribais, falando línguas do mesmo tronco, dialetos de uma mesma língua, cada um dos quais, ao crescer, se bipartia, fazendo dois povos que começavam a se diferenciar e logo se desconheciam e se hostilizavam (RIBEIRO, 1995, p. 29).

E por falar em evolução, o povo Tupi, em sua cultura, estava superando a condição paleolítica, dando seus primeiros passos no que Darcy Ribeiro (1995) chamou de “revolução agrícola”. Eles domesticaram diversas plantas, inclusive para uso pessoal, por exemplo, a mandioca, também conhecida como aipim e macaxera, a qual se mantém intacta na terra por meses, sem contar os outros produtos cultivados:

Além da mandioca, cultivavam o milho, a batata doce, o cará, o feijão, o amendoim, o tabaco, a abóbora, o urucu, o algodão, o carauá, cuias e cabaças, as pimentas, o abacaxi, o mamão, a erva-mate, o guaraná, entre muitas outras plantas. Inclusive dezenas de árvores frutíferas, como o caju, o pequi etc. (RIBEIRO, 1995, p. 31).

Em Moçambique, antes da chegada dos colonizadores, havia uma grande estabilidade nos impérios e nas aldeias. Lá existiam cidades de tamanho considerável para época, em torno de 60 mil a 140 mil habitantes, com partes, reinos e impérios notavelmente organizados. Além dos territórios dispersos e densos, havia também fontes escritas, tanto externas, dos árabes quanto internas, dos autóctones (VINAGRE, 2009).

Maria Inês Francisca Ciríarco afirma que Moçambique é um país cheio de cultura, oriunda dos primeiros habitantes na região:

O país é dotado de multiplicidade cultural, étnica e linguística, legado dos primeiros habitantes dessas terras, ancestrais dos povos khoisan (ou bosquí-manes) e, séculos mais tarde, pelos bantu, povos falantes da língua bantu, que migraram do Norte por meio do vale do Rio Zambeze, avançando para os planaltos e áreas costeiras – os bantu ocupam quase a totalidade da África a sul do Sahara (CIRÍARCO, 2017, p. 95).

Nessa multiplicidade de culturas, podemos citar “as artes plásticas (escultura e pintura, inclusive em tecido – técnica batik), a dança, a música, a literatura e a presença enraizada das tradições familiares e religiosas dos antepassados”. Em relação à escultura, Maria Ciriarco ressalta “os exímios escultores Macondes, conhecidos por esculpirem no “pau preto” (o ébano), embora o artesanato em geral seja bastante representativo em Moçambique” (CIRIARCO, 2017, p. 96).

Em sua tese, a autora afirma que os primeiros habitantes de Moçambique, assim como os Tupis no Brasil, eram peritos na agricultura, mas também eram exímios ferreiros, oleiros e tecelões. Segundo ela, “a estrutura familiar era simples, baseada nas linhagens, em que se reconheciam a figura de um chefe”, o que perdura até os dias de hoje em várias regiões do país, inclusive no caso “dos invasores que, paulatinamente, ocuparam essas terras e perduraram durante séculos de dominação e imposição das línguas, tradições e costumes” (CIRIARCO, 2017, p. 96).

Na época, a agricultura, a criação de animais, a caça e a pesca eram os meios de vida, mas também existiam “a navegação fluvial e o lacustre, o comércio local e a moeda específica eram bem desenvolvidos e ativos, com níveis intelectuais e espirituais surpreendentes” (VINAGRE, 2009).

Entretanto:

Por sua localização estratégica, às margens do Oceano Índico, a Ilha de Moçambique tornou-se o principal porto para as embarcações que chegavam e partiam rumo à Ásia, incrementando, também, o comércio local primeiramente com os árabes e, posteriormente, com os indonésios, indianos e chineses, então, no século XVI, com os portugueses (CIRIARCO, 2017, p. 96).

Para a pesquisadora Érika Bergamasco Guesse:

[...] a literatura escrita indígena também se revela como “processo de meditação sobre a cultura” na medida que faz com que a tradição cultural – expressa essencialmente pela oralidade e um dos principais temas literários indígena, bem como da literatura africana – sobreviva em meio ao contexto de modernidade da escrita (GUESSE, 2011, p. 6).

Para Maria Inês de Almeida e Sônia Queiroz, “a escrita sempre esteve presente no contato entre índios e brancos. Trata-se agora de um processo de recuperação, ou melhor, apropriação de seus meios” (ALMEIDA; QUEIROZ, 2004, p. 211).

Em Moçambique, antes da chegada dos portugueses, a língua mais falada era o EMAKHUWA, assim, a penetração da cultura portuguesa foi uma das mais difíceis em todo o império Songai, que atualmente é o território de Moçambique (VINAGRE, 2009).

Segundo o pesquisador José de Sousa Miguel Lopes (2000), “até o contato com os europeus, Moçambique, como os demais países da África, era uma comunidade ágrafa¹, de cultura essencialmente acústica” e, “a tradição oral passava de tribo em tribo, grupo, família a família”.

Para Lopes (2000), uma das características mais marcantes da língua de Moçambique é a de que ela possui traços extremamente fortes de oralidade e se resume

¹ O termo ágrafo se dá sobre a condição que os primeiros habitantes se encontravam antes da colonização, uma vez que não possuíam nenhuma grafia que os representasse, sendo considerados então, de povos sem escrita ou sem cultura.

em uma cultura essencialmente acústica, isto é, a cultura que tem no ouvido, e não na vista, seu órgão de recepção e percepção por excelência.

Sendo assim, podemos considerar “os indígenas como povos de características primitivas” com “essência mítica”, porém, sua escrita, ou melhor, seus registros ágrafos, narravam uma realidade ampliada do mundo ao seu redor, relacionando o real e o sobrenatural (GUESSE, 2011, p. 9).

As culturas dos primeiros habitantes (indígenas) brasileiras e moçambicanas eram baseadas na oralidade, porém, mesmo com a ausência da escrita, havia uma diversidade de sinais e outras formas gráficas de comunicação. A escrita dos primitivos, bem como sua bagagem cultural, desde a ágrafa (escrita) até a de subsistência (agricultura), não importava nada àqueles que os vituperaram, arrazoaram, molestaram e corromperam a harmonia intrínseca que pairava sobre eles.

Além disso, havia ainda outros aspectos que caracterizam a prática escritural indígena e, não apenas a profunda relação com a oralidade e a literatura dos portugueses. Apesar da escrita propriamente alfabética (fala e sons registrados no papel) ser introduzida no Brasil pelos europeus desde o século XVI. Lynn Mario T. Menezes de Souza (2006) afirma que essa escrita sempre existiu no meio indígena de diversas formas, porém, só apareceu como fenômeno da escrita indígena nos últimos anos, num conjunto de textos alfabéticos escritos por autores indígenas.

Embora não possuíssem uma grafia como os colonizadores que a partir de 1500 iniciaram o processo de dominação do autóctone e de suas particularidades, os povos ágrafos tinham suas formas de se comunicar entre si, porém, não eram dados como o povo que sabia escrever, nem mesmo exímios em suas atividades, tanto é que foram denominados de povos ágrafos, sem escrita, sem cultura, sem nada a oferecer, senão seu trabalho escravo.

Considerações sobre a cultura ágrafa

As culturas brasileira e moçambicana eram originariamente ágrafas antes da colonização europeia. O termo ágrafo é formado pela junção de um afixo prefixal negativo à palavra grafia que, conferido a um dado povo, abaliza a ideia de negação de seus padrões comunicativos.

Por não terem representatividade escrita, apesar das diferentes formas de comunicação, os indígenas foram convenientes à cultura dos europeus, tanto é que se adaptaram à sua cultura gráfica, criando outra forma de se comunicar, sobretudo, através da língua portuguesa escrita que aprenderam a dominar.

Os primeiros povos ágrafos aderiram à nova língua que lhes foi imposta e isso causou uma mistura de culturas e línguas, completamente diferentes e opostas entre si, resultando na perda dos seus próprios costumes.

Os nativos que viviam na costa atlântica se tornaram escravos, obrigados a abandonar seus padrões de ser e de viver para fazer parte de um “novo império europeu” fora da Europa (BARRA, 2015, p. 446).

É certo que esse fato também ocorreu com os povos africanos, escravizados pela necessidade de mão de obra em abundância nas lavouras de café, cana-de-açúcar e nos engenhos das grandes fazendas, sem falar nos africanos trazidos para serem escravizados no Brasil. Foi um tempo em que o homem branco dominou sobre outro homem (o autóctone e o africano) para arruiná-lo e massacrá-lo com extrema crueldade.

Desse modo, a imposição exercida sobre o autóctone e o africano contribuiu, sobretudo, para a construção da identidade cultural das nações brasileira e moçambicana e tudo o que elas representam hoje.

A cultura ágrafa dos primeiros habitantes passou por um intenso processo de adaptação cultural, no qual as relações intrínsecas entre eles foram cortadas e exacerbadas, sendo obrigados a render todos os seus prestígios aos portugueses que, evidentemente, implicaram suas culturas, modelos de vida, padrões sociais e tudo o que serviria para influenciar os indígenas a deixar seus costumes, tradições e religiões, o que para os portugueses não tinha nenhuma importância.

Desde então, as culturas brasileira e moçambicana se tornaram uma mistura de costumes e tradições de diversos povos, dentre os quais podemos citar os autóctones, os africanos e os portugueses. Entretanto, tais culturas ainda se encontram em constante transformação, uma vez que o Brasil, há muitos séculos, vem abrigando variados povos com suas culturas distintas.

A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL BRASILEIRA

Em “O Povo Brasileiro – A formação e o sentido do Brasil”, Darcy Ribeiro trata de reconstruir e compreender o Brasil, os brasileiros e sua geração como povo. Segundo ele, “surgimos da confluência, do entrelaço e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos” (RIBEIRO, 1995, p. 19).

Nessa perspectiva, essa confluência que “se dá sob a regência dos portugueses, matrizes raciais e díspares, tradições culturais distintas, formações sociais defasadas se enfrentam e se fundem para dar lugar a um povo novo” (RIBEIRO, 1970, p. 19), possuidor de muitas astúcias, repleto de padrões culturais advindos da Europa, reflexo de toda barbaridade ocorrida.

Entretanto, grande foi o mal que pesou sobre os primeiros habitantes que não sabiam o que lhes haveria de suceder, pois o domínio e a imposição dos europeus prevaleceram sobre os “pobres” indivíduos, porque não podiam contender com quem era mais forte do que eles. Portanto, os indígenas e os africanos eram “fracos” e os portugueses “fortes”; estes eram “nobres” e aqueles “desprezíveis”.

Ribeiro explica que o “novo” surge como “uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiçada, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais delas oriundos” e também “porque se vê a si mesmo e, é visto como uma gente nova, um novo gênero humano diferente de quantos existam” e, não apenas, “porque é um novo modelo de estruturação societária, que inaugura uma forma singular de organização socioeconômica, fundada num tipo renovado de escravismo e numa servidão continuada ao mercado mundial”, mas também, e “inclusive, pela inverossímil alegria e espantosa vontade de felicidade, num povo tão sacrificado, que ainda alenta e comove a todos os brasileiros” (RIBEIRO, 1995, p. 19).

Evidentemente, a imposição cultural formou um povo novo, porém, exterminou todas as primícias relativas ao homem original que havia antes da colonização. Por homem original, entende-se aquele criado desde o princípio por Deus, quando este desceu à Terra na pessoa de Jesus Cristo e do pó fez o homem à sua imagem e semelhança, porém sem nenhuma corrupção, como sabemos, Adão, narrado no terceiro capítulo do livro de Gênesis.

Sendo assim, se os primeiros habitantes criados sem nenhuma maldade não se corromperam sozinhos, os europeus se designaram a exacerbar essa função nostálgica através da imposição de seus padrões culturais que desencadearam uma série de aversões.

Em *Eclesiastes*, Salomão elucida que Deus criou o homem reto, mas eles buscaram muitas invenções e se meteram em muitas astúcias. Deste modo, os índios não deveriam ser coagidos pelas invenções e astúcias dos portugueses em impor-lhes uma cultura que evidentemente não era a sua.

Esses padrões culturais impostos pelas forças dominantes foram atribuídos através da ação forçada e de obrigações por parte dos europeus que arruinaram os planos dos indígenas. Seus conhecimentos, tradições, hábitos e crenças foram perdidos com o passar do tempo, resultando assim, na extinção de seus padrões culturais, já que estes se configuravam em minoria.

Por volta de 1500, os europeus desembarcaram na costa atlântica e, apesar de estarem em uma terra que não era a sua, ao invés de se portarem como visitantes em busca de conhecer um novo horizonte, deram início à ocupação por meio de atos violentos, impondo assim, a sua cultura.

No primeiro contato com os europeus, os autóctones começaram a sofrer variados tipos de preconceitos e enfrentar imposições europeias, tanto em sua cultura mística e religiosa, quanto nos modos de viver. Depois dessas imposições, os autóctones foram perdendo então, o direito sobre suas vidas, sua terra e as riquezas que dela foram extraídas.

No livro “Os índios na história do Brasil”, Maria Regina Celestino de Almeida afirma que “as relações de contato eram, então, grosso modo, vistas como relação de dominação/submissão, na qual uma cultura se impunha sobre a outra, anulando-a” (ALMEIDA, 2010, p.16), fazendo com que grande parte da cultura indígena fosse perdida e que “a condição de escravos ou submetidos”, exterminasse o índio de nossa história (ALMEIDA, 2010, p. 13).

Os primeiros contatos entre os índios e os portugueses foram denominados por alguns pesquisadores de “encontro de culturas”, outros, abalizam o oposto, pois, para eles, o início do processo de colonização corresponde mais a um processo de extermínio (genocídio) e submissão dos indígenas, desencadeando assim, o processo de imposição cultural, também conhecido como etnocídio.

Averiguando tais contatos, podemos perceber que foi quando se deu início ao processo de mestiçagem, inteiramente ligado à ideologia da confluência, isto é, do entrechoque de culturas, ao qual a cultura europeia assentou-se com êxito sobre a minoria étnica.

Esses encontros e desencontros entre portugueses e indígenas, cada qual com sua cultura, que por sinal é completamente oposta uma à outra, tornou a história um tanto mais interessante. Essa história pode ser contada através da reconstrução de conflitos e diálogos entre os índios e os europeus, na qual os próprios indígenas constroem seus caminhos.

Para Darcy Ribeiro, a identidade indígena se transformou a partir desse encontro, através do contato e do convívio com os europeus, cuja sociedade estava em expansão, porém, a identidade do índio não se invalidou ou se obscureceu:

Índios e brasileiros se opõem como alternos étnicos em um conflito irreduzível, que jamais dá lugar a uma fusão. Onde quer que um grupo tribal tenha a oportunidade de conservar a continuidade da própria tradição pelo

convívio de pais e filhos, preserva-se a identificação étnica, qualquer que seja o grau de pressão assimiladora que experimente. Através desse convívio aculturativo, porém, os índios se tornam cada vez menos índios no plano cultural, acabando por ser quase idênticos aos brasileiros de sua região na língua que falam, nos modos de trabalhar, de divertir-se e até nas tradições que cultuam. Não obstante, permanecem identificando-se com sua etnia tribal e sendo assim identificados pelos representantes da sociedade nacional com quem mantêm contato. O passo que se dá nesse processo não é, pois, como se supôs, o trânsito da situação de índios à de brasileiro, mas da situação de índios específicos, investidos de seus atributos e vivendo segundo seus costumes, à condição de índios genéricos, cada vez mais aculturados, mas sempre índios em sua identificação étnica (RIBEIRO, 1995, p. 86).

O resultado desse encontro foi particularmente registrado por Gonçalves Dias: “Os frios ossos da nação senhora/ E por cimento a cinza profanada/ Dos mortos, amassada aos pés de escravos” (DIAS, 1998, p. 530). Para ele, o ar que respiramos fora corrompido, uma vez que a identidade cultural dos índios já não era mais a mesma que havia antes dos europeus chegarem. Assim, a tal identidade do índio resultou-se dos problemas oriundos do opressor europeu, somado a do americano destruído e a do escravo africano.

Imposição cultural: Brasil e Moçambique

Por volta do século XVIII, “nas zonas colonizadas o índio já estava neutralizado, repellido, destruído ou dissolvido em parte pela mestiçagem”, porém, diversos fatores contribuíram para formar uma imagem positiva do índio, dentre eles, “a abolição da sua escravização foi reconhecida pelos jesuítas”, sobretudo sua condição de homem (CÂNDIDO, 1898, p.172).

Não obstante, o autóctone brasileiro, expulso de suas terras pelos portugueses e os africanos oriundos da África, roubados de suas terras e afastados de suas origens para serem escravos nas fazendas possuem algo em comum. Todos foram colonizados pelos europeus, os culpados pela perda de suas identidades culturais, estas, vituperadas por aqueles a quem seus padrões de vida nada importavam.

Vale ressaltar, porém, que os autóctones brasileiros e moçambicanos se tornaram símbolos da nova nação que surgiu em meio a tantas adversidades, mas não obstante, conseguiram a independência da metrópole portuguesa e desenvolveram uma nova identidade cultural, esta, “junta e misturada”.

Segundo Antônio Cândido (2000), houve, então, a necessidade de legitimar a cultura nacional, já que a cultura brasileira se originou através da necessidade de mudanças no país, na maioria delas na área política, em um momento de transição para a República.

No caso da África, sua história cultural “é herança da ocupação e da dominação dos territórios africanos por diferentes povos desde a antiguidade clássica, do século X a.C. ao XIV d.C., resultando nessa multiplicidade de culturas, línguas e tradições africanas” (CIRÍARCO, 2017, p. 95).

Cândido (1989) afirma que a formação da identidade cultural brasileira se deu através da transposição das leis, dos costumes e do equipamento espiritual das metrópoles. Nessa transposição dos padrões de ser e de viver europeu, os portugueses diziam ser civilizados, detentores da razão e guardiões da verdade. Com a sobreposição desses padrões culturais, formou-se então a sociedade brasileira que evidentemente

viveu desde cedo em meio ao caos, “entre formas primitivas e formas avançadas, vida rude e vida requintada” (CÂNDIDO, 1999, p. 12). Essa formação cultural se originou a partir da imposição dos padrões culturais europeus que se misturaram e se adaptaram a outras, como a indígena e a africana.

Para Darcy Ribeiro (2006 *apud* FARIA *et al.*, 2017, p. 4), o Brasil e toda sua formação étnica e cultural foram baseados em uma tragédia, da falta de respeito com as culturas e de extermínio dos povos já habitantes aqui”, resultando na destruição de uma cultura pré-existente e imposição de toda uma identidade étnica, por meio de repressão e exploração dos índios e de seu patrimônio, processo violento de dominação na qual os dominados eram minoria.

Houve um processo de imposição cultural que, na esteira de Antônio Cândido, define-se pela transposição das leis, costumes e modelos culturais a um povo com tradições “completamente diferentes, incompatíveis com as formas de expressão do colonizador” (CÂNDIDO, 1999, p. 12) e, na esteira de Darcy Ribeiro, define-se pela fusão entre as tradições culturais distintas dos portugueses e dos povos nativos, ou seja, pela “confluência, do entrechoque e do caldeamento do invasor português”, que se deu “sob a regência dos portugueses, matrizes raciais, díspares tradições culturais distintas, formações sociais defasadas” que se fundiram “para dar lugar a um povo novo” (RIBEIRO, 1995, p. 19).

Tanto Antônio Cândido quanto Darcy Ribeiro defendem ter havido a imposição da matriz colonizadora europeia, não apenas sobre o autóctone, mas também sobre o africano, pois esta contribuiu para a construção da nação, “seja ela, ora positiva, ora negativa, na maioria das vezes negativas, pois com a chegada e a construção de colônias em território brasileiro, os índios foram sufocados culturalmente” (FARIA *et al.*, 2017, p. 4).

Através da imposição de sua cultura, os europeus trouxeram para o Brasil uma bagagem cultural, impondo-as sobre o autóctone, sufocando assim, radicalmente, os seus costumes e até mesmo sua linguagem, de tal modo que o tupi guarani chegou a ser proibido no estado de São Paulo, na segunda metade do século XVIII (CÂNDIDO, 1989, p. 165).

O que aconteceu foi que os europeus dominaram e ocuparam à força os indígenas e suas terras, talvez por uma porção de preconceito, pensassem que estes não eram gente como eles e, talvez, até pensassem que o que fizeram nunca seria descoberto, assim levariam o crédito da descoberta.

No início, o plano dos europeus deu certo, porém, não perdurou muito, pois nada fica encoberto, ou melhor, não existe “nada oculto que não venha a ser revelado, e nada escondido que não venha a ser conhecido e trazido à luz” (BÍBLIA, 1969).

De antemão, é lícito explanarmos que esse processo é de difícil delimitação, uma vez que “só temos o testemunho de um dos protagonistas, o invasor” (RIBEIRO, 1995, p. 30), que nos remete apenas às suas façanhas e com suas palavras, o que sucedeu aos “pobres” indígenas. Entretanto, sabemos que a cultura dos indígenas foi gradativamente desapropriada, gerando assim, perda parcial da essência indígena e, inclusive, da história.

Apesar dos relatos dos europeus, os quais narram o que decidiu aos índios e aos negros, raramente dando-lhes a palavra de registro de suas próprias falas, é conhecida a relação entre o “conquistador” e o “conquistado”, entre o “dominante” e o “dominado”, a verdadeira revelação de todo esse mistério: “[...] o desrespeito para com o autóctone, o

extermínio de várias tribos, estereotipadas pelos europeus como hostis e, por esse motivo, levadas ao extermínio” (RIBEIRO, 1995, p. 30).

Em relação à descoberta, à dominação e ocupação da terra a qual habitamos hoje, ou ainda, da ilha Brasil, “de que falava o velho Jaime Cortesão” (*apud* por RIBEIRO, 1995, p. 29), prefigurada “no chão da América do Sul, o que viria a ser nosso país” (RIBEIRO, 1995, p. 25), os portugueses não mediram esforços e inseriram aos indígenas, além do nome, outras características forjadas e depreciadoras. O colonizador se considerava civilizado, mas o autóctone não passava de um cão selvagem (FARIA *et al.*, 2017).

Para Darcy Ribeiro (1995, p. 30), no plano étnico-cultural, esta forja “se dá pela gestão de uma etnia nova, que foi unificando na língua e nos costumes” dos índios e dos negros africanos, originando assim, o povo brasileiro que, segundo ele, foi construído com os tijolos das matrizes europeias. Sendo assim, a nacionalidade brasileira, em sua formação, originou-se a partir do processo de destruição de uma cultura, a dos primeiros habitantes (primitivos), e da imposição de outra nova, a dos europeus.

Tanto Cândido quanto Ribeiro corroboram esta forja, evidenciando que o processo de formação da cultura brasileira foi influenciado pela europeia. Tanto é que a literatura não “nasceu” aqui: veio pronta de fora para transformar-se à medida que se formava uma sociedade nova” (CÂNDIDO, 1999). Desta forma, a cultura moçambicana também foi dizimada, dando origem a um povo novo, uma cultura miscigenada, formulada pelas ideologias da matriz colonizadora.

A chegada do europeu foi um “acontecimento espantoso”, pois os índios pensaram que “seriam gente de seu deus sol, o criador - Maíra -, que vinha milagrosamente sobre as ondas do mar grosso”. Então, “não havia como interpretar seus desígnios, tanto podiam ser ferozes como pacíficos, espoliadores ou dadores”. Eles acreditavam que provavelmente seriam generosos, pois “no seu mundo, mais belo era dar que receber” (RIBEIRO, 1995, p. 42).

“Para os que chegavam, o mundo em que entravam era a arena dos seus ganhos, em ouro e glórias. Para os índios que ali estavam, nus na praia, o mundo era um luxo de se viver. Este foi o encontro fatal que ali se dera” (RIBEIRO, 1995, p. 3). De um lado, os europeus, “pela disputa pelo território, de suas matas e riquezas para outros usos”, e também, “pela escravização do índio, pela mercantilização das relações de produção, que articulou os novos mundos ao velho mundo europeu como provedores de gêneros exóticos, cativos e ouros” (RIBEIRO, 1995, p. 30) e do outro, os índios, “donos” do território, de suas matas e das riquezas que nele havia.

Entretanto, aos portugueses cabia o papel de investigar o local que seria por eles ocupado para assim, expandir o Reino de Portugal:

Ao pequeno Reino de Portugal cabia a tarefa sobre-humana de ocupar, defender, povoar e explorar essa terra incógnita, uma das muitas que faziam parte de sua prodigiosa expansão. Essa tarefa se desdobrava em vários aspectos: administrativo, econômico, militar, religioso (CÂNDIDO, 1999, p. 17).

Os europeus se instalaram no território que até então pertencia aos índios, apropriando-se de tudo o que era seu. Não obstante, os indígenas eram exprimidos cada vez mais, perdendo suas terras, riquezas e outras posses para os primeiros e maiores inimigos já vistos no mundo:

Ao observar as grandes riquezas existentes aqui e em busca de uma expansão territorial para seus países, os europeus decidem então, fundar vilas e/ou colônias, tomando para si terras que, até então, pertenciam ao autóctone (FARIA *et al.*, 2017).

Sendo assim, inconformados com a subjugação dos europeus, os indígenas resistiram ao máximo que puderam ou seriam completamente exterminados:

Paradoxalmente, porém, é o próprio atraso dos índios que os fazia mais resistentes à subjugação, condicionando uma guerra secular de extermínio. Isso se verifica comparando a rapidez da conquista e da pacificação onde o europeu se deparou com altas civilizações - como no México e no Peru - com a lentidão da conquista do Brasil, que prossegue até hoje com tribos arredias resistindo armadas à invasão de seus territórios para além das fronteiras da civilização (RIBEIRO, 1995, p. 49).

Na verdade, “a vontade mais veemente daqueles heróis d’além-mar era exercer-se sobre aquela gente vivente como seus duros senhores” (RIBEIRO, 1995, p. 48), afinal, esse é o prazer do homem, mandar para que outros obedeçam:

Esses índios cativos, condenados à tristeza mais vil, eram também os provedores de suas alegrias, sobretudo as mulheres, de sexo bom de fornicar, de braço bom de trabalhar, de ventre fecundo para prenhar (RIBEIRO, 1995, p. 48).

Ao chegar ao Brasil, os homens que vieram da Europa perceberam a “necessidade de descrever e compreender a terra e os seus habitantes, com um intuito pragmático necessário para melhor dominar e tirar proveito”, mas, “ao mesmo tempo, precisaram criar os veículos de comunicação e impor o seu equipamento ideológico, tendo como base a religião católica” (CÂNDIDO, 1999, p. 17), que serviu para catequizar os indígenas. Então, os autóctones e os afrodescendentes aprenderam a língua portuguesa com base no português de Portugal, obrigados a abandonar suas línguas de origem para se adaptar àquela imposta.

Antônio Candido nos revela que “tais homens eram administradores e magistrados, soldados e agricultores, mercadores e sacerdotes, aos quais devemos os primeiros escritos feitos aqui” (CÂNDIDO, 1999, p. 17), afinal, eram os únicos que possuíam uma grafia:

Esses escritos são descrições do país e seus naturais, relatórios administrativos ou poemas de fundo religioso, destinados ao trabalho de pregação e conversão dos índios. Dessa massa de escritos destacam-se os dos jesuítas, que vieram a partir de 1549, e sobretudo os de um natural das Ilhas Canárias, parente de Santo Inácio de Loiola, que veio muito jovem e poderia ser considerado uma espécie de patriarca da nossa literatura: José de Anchieta (1534-1597) (CÂNDIDO, 1999, p. 17).

Não durou muito tempo e as escamas dos olhos dos índios caíram de seus rostos. Eles perceberam a destruição da vida social indígena, a negação de todos os seus valores, o despojo, o cativo, além de muitos deles deitarem em suas redes e se deixar morrer de tristeza ou fisicamente, pois estavam já desacreditados no que se refere ao futuro. Foi então que sucedeu as pregações missionárias nas quais “os índios souberam que era por culpa sua, de sua iniquidade, de seus pecados, que o bom deus do céu caíra

sobre eles, como um cão selvagem, ameaçando lançá-los para sempre nos infernos” (RIBEIRO, 1995, p. 43). Nesse sentido:

[...] o bem e o mal, a virtude e o pecado, o valor e a covardia, tudo se confundia, transtrocando o belo com o feio, o ruim com o bom. Nada valia, agora e doravante, o que para eles mais valia: a bravura gratuita, a vontade de beleza, a criatividade, a solidariedade (RIBEIRO, 1995, p. 43).

Alguns povos ainda conseguiram fugir mata adentro, “horrorizados com o destino que lhes era oferecido no convívio dos brancos, seja na cristandade missionária, seja na pecaminosidade colonial”, “levando nos corpos contaminados as enfermidades que os iriam dizimando a eles e aos povos indigentes que se aproximassem”. Contudo, a curiosidade e “a atração irresistível das ferramentas, dos adornos, da aventura, os fazia voltar”. Eles queriam “ver com seus próprios olhos o povo estranho, implantado nas praias, recebendo navios cheios de bens preciosíssimos” (RIBEIRO, 1995, *passim*).

Nesse sentido:

Aquele desencontro de gente índia que enchia as praias, encantada de ver as velas enfunadas, e que era vista com fascínio pelos barbudos navegantes recém-chegados, era, também, o enfrentamento biótico mortal da higidez e da morbidade. A indiada não conhecia doenças, além de coceiras e desvanecimentos por perda momentânea da alma. A branquitude trazia da cárie dental à bexiga, à coqueluche, à tuberculose e o sarampo. (RIBEIRO, 1995, p. 46)

Os europeus ridicularizaram os nativos que aqui viviam, tomando suas condições de senhores da terra a qual habitavam para fazê-los escravos, para assim, dar início à “construção de um novo “império europeu” fora da Europa”, denominada hoje de Civilização Brasileira. (FARIA *et al.*, 2017, p. 4).

De tal modo, ocorreu com os povos africanos devido “a necessidade de mão de obra mais intensa nas lavouras de café e açúcar e nos engenhos das grandes fazendas, em decorrência da não aceitação da condição de escravos por parte do autóctone” (FARIA *et al.*, 2017, p. 2).

Entretanto, houve uma ação dos recém-chegados, pois “é certo que, depois do banho e da comida”, eles “melhoraram de aspecto e de modos”. Mas, como os primeiros índios eram sobremodo “inocentes”, sem nenhum mal no íntimo do seu coração, sem ainda descobrir os seus medos, “embarcaram confiantes nas primeiras naus, crendo que seriam levados a Terras sem Males, morada de Maíra” (LANDT *apud* RIBEIRO, 1995, p. 42). O que eles não sabiam é que depois do pau-brasil seriam “a principal mercadoria de exportação para a metrópole” (RIBEIRO, 1995, p. 42).

Se não bastassem todos os desígnios dos europeus, no momento e durante o processo de conquista e colonização das terras e dos nativos, eles trouxeram consigo toda uma bagagem cultural que não era compatível com a realidade dos autóctones. Estes, viviam em culturas rudimentares, completamente afastados da cultura do conquistador e, por isso, sofreram um processo brutal de imposição:

Com efeito, no momento da descoberta e durante o processo de conquista e colonização, houve o transplante de línguas e literaturas já maduras para um meio físico diferente, povoado por povos de outras raças, caracterizados por modelos culturais completamente diferentes, incompatíveis com as formas de expressão do colonizador (CÂNDIDO, 1999, p. 11).

Segundo Ciríarco (2017, p. 105), “para o povo moçambicano, não é tarefa fácil ser possuidor de tão diversas culturas”, já que, eles “não querem se despojar dos valores culturais absorvidos durante a presença e convívio com o colonizador europeu”. Porém, “ao mesmo tempo, desejam ver respeitadas e reconhecidas suas tradições, para, então, compreender e aceitar a transformação dessas no decorrer dos tempos”.

Assim:

Embora seja um árduo caminho, é por meio de uma batalha multicultural, ligada historicamente ao processo de colonização europeia e a uma política assimiladora e de alheamento da cultura e das tradições dos antepassados, que o povo moçambicano anseia pelo reconhecimento dessas diferenças, essencial para a valorização do patrimônio histórico, cultural e linguístico de Moçambique (CIRÍARCO, 2017, p. 105).

Apesar da ocorrência de todos esses eventos por causa do domínio português, talvez imprópria pela imposição de algo diferente aos primitivos que já tinham sua maneira de ver o mundo e viver nele ou talvez, eficaz pela miscigenação de culturas extremamente diferentes, as quais os primeiros habitantes puderam aprimorar suas práticas (ao menos no Brasil), esse emaranhado de mundos diferentes não conseguiu apagar os traços da cultura brasileira nem moçambicana, evidentes nas vozes dos personagens de Guimarães Rosa e Mia Couto, que desencadeiam rastros que tornam possível chegar a essa conclusão.

Assim, esses traços permanecem vivos até hoje configurados por meio da oralidade de ambos os autores em suas obras, diretamente ligada à língua em uso e às tradições do povo, pois estas fornecem informações intrínsecas e excepcionais que nos permitem verificar a identidade cultural dos respectivos países, identificadas na temática que cada um deles aborda, além do contexto histórico inserido em suas obras.

O resultado da imposição cultural

Depois da dizimação através de guerras de extermínio e da escravização, os indígenas, indefesos, começaram a morrer aos magotes, por meio de epidemias de pestes mortais. Isso era apenas o início “de uma escalada do calvário das dores inenarráveis do extermínio genocida e etnocida” (RIBEIRO, 1995, p. 47).

Em meio ao caos, os indígenas se aliaram “ora a uns ora a outros, avançando ou recuando, negociando” (FRANCHETTO, 2008, p. 32), já que tiveram que viver confinados em reservas, porque depois da colonização muitas tribos foram exterminadas e outras reduzidas.

Tanto no Brasil quanto em Moçambique, além de genocida, podemos aderir aos portugueses outras características, tais como “destruidor de formas culturais” (CÂNDIDO, 1999), atreladas à forma que sua cultura foi imposta ao índio. Embora os europeus impusessem seus padrões culturais, os missionários não se propunham em transplantar seus modos de ser e viver para o Novo Mundo; pelo contrário, eles queriam recriar o homem, “desenvolvendo suas melhores potencialidades, para implantar, afinal, uma sociedade solidária, igualitária, orante e pia, nas bases sonhadas pelos profetas” (RIBEIRO, 1995, p. 48).

Portanto:

As vitórias europeias se deveram principalmente à condição evolutiva mais alta das incipientes comunidades neobrasileiras, que lhes permitia aglutinar-se em uma única entidade política servida por uma cultura letrada e ativada por uma religião missionária, que influenciou poderosamente as comunidades indígenas (RIBEIRO, 1995, p. 49).

Esse fato utópico, socialista e seráfica, como afirma Darcy Ribeiro, recorreu “às tradições do cristianismo primitivo e às mais generosas profecias messiânicas” (RIBEIRO, 1995, p. 48). Tal fato, “se funda, por igual, no pasmo dos missionários diante à inocência adâmica e do solidarismo edênico que se capacitaram a ver nos índios, à medida que com eles conviviam” (RIBEIRO, 1995, p. 48).

O Brasil conquistou sua independência política em 1822, porém, não tinha ainda, definido sua identidade cultural. Foi a partir desse ano que se deu o início do processo de construção da identidade nacional brasileira:

Após a independência, ocorreram vários esforços para fazer de nossa sociedade, uma sociedade com culturas comuns – fato esse quase que impossível, pois com a miscigenação ocorrida, seria muito difícil reunir todas as expressões culturais em somente um cidadão (FARIA *et al.*, 2017).

Depois de todos os esforços e as tentativas de tornar a cultura comum fracassada, deu-se início a identidade brasileira escrita, desenvolvida logo após o período romântico. Assim, foram criados os aparelhos ideológicos, responsáveis pela manutenção da ordem estabelecida, tais como a família, a igreja, o Estado e a escola.

Vale ressaltar que um dos aparelhos ideológicos que mais se destacam em questão de imposições é a escola, se não a maior, pois é a partir da educação que o indivíduo é moldado e influenciado. No falar dos pesquisadores (FARIA *et al.*, 2017), é onde todo indivíduo se desenvolve, “abrasileirando-se”.

Em Moçambique, porém, os povos não queriam se despojar dos valores culturais absorvidos durante a presença e o convívio com o colonizador europeu. Ao mesmo tempo em que queriam suas tradições respeitadas e reconhecidas, queriam também, compreender e aceitar as dos europeus:

Embora seja um árduo caminho, é por meio de uma batalha multicultural, ligada historicamente ao processo de colonização europeia e a uma política assimiladora e de alheamento da cultura e das tradições dos antepassados, que o povo moçambicano anseia pelo reconhecimento dessas diferenças, essencial para a valorização do patrimônio histórico, cultural e linguístico de Moçambique (CIRÍARCO, 2017, p. 105).

Em relação ao Brasil, Darcy Ribeiro revela que o povo nação brasileiro surgiu:

[...] da concentração de uma força de trabalho escrava, recrutada para servir a propósitos mercantis alheios a ela, através de processos tão violentos de ordenação e repressão que constituíram, de fato, um continuado genocídio e um etnocídio implacável (RIBEIRO, 2006, p. 23).

Apesar do dano causado por todos esses eventos, a sociedade vigorou sua identidade em total conformidade com a imposição cultural que sobrevieram aos indígenas, interligando o país à matriz portuguesa.

Segundo Ribeiro:

[...] a sociedade e a cultura brasileiras são conformadas como variantes da versão lusitana da tradição civilizatória europeia ocidental, diferenciadas por coloridos herdados dos índios americanos e dos negros africanos (RIBEIRO, 1995, p. 20).

Dessa forma, o Brasil emerge “como um renovo mutante, remarcado de características próprias, mas atado genericamente à matriz portuguesa, cujas potencialidades insuspeitadas de ser e de crescer só aqui se realizariam plenamente” (RIBEIRO, 1995, p. 19).

Embora quase todas as vezes, se não todas, os estereótipos dos autóctones serem impregnados de características nostálgicas de menosprezos, houve então uma necessidade de representar a imagem do índio, porém, por si só, negativa aos olhos dos europeus que os viam apenas como escravos.

Por estereótipos, entende-se a impressão rígida que o ser humano tem de um indivíduo que, aparentemente, age de modo diferente dos demais. Essas impressões rígidas, também conhecidas como preconceito, são identificadas como ato discriminatório, isto é, a condenação injusta de um indivíduo por não ser “agradável” aos olhos de outrem.

A formação dos estereótipos em relação aos fenômenos causados pela imposição cultural é acentuada por um processo de discriminação social, ao qual os autóctones e os moçambicanos são discriminados, maltratados, injuriados, forçados ao trabalho escravo, vítimas dos colonizadores europeus que não souberam aproveitar os “nobres” conhecimentos naturais e científicos dos povos primitivos que poderiam ter sido usados em unanimidade por todos os povos, os autóctones no Brasil, os moçambicanos na África e os europeus, em ambos os países.

Os índios foram escravizados por aqueles que cometiam insanidades, causando diversos prejuízos, visto que muitos perderam a vida que já se encontrava desgastada e desgraçada, sem alegria de viver, quase sem nenhuma forma de resistência, sem forças e sem números para lutar e reconquistar o que de fato era seu e pertencia a outrem.

Os europeus causaram muitos danos aos indígenas, além de impor-lhes uma cultura extremamente diferente dos seus costumes, transformando as alegrias e os prazeres dos indígenas em doenças que geraram morte, inclusive suicídios pela insatisfação dos eventos que quase os levaram à extinção. Houve um reboiço geral na vida daqueles que acabaram de perder seus valores e, conseqüentemente, a autonomia das terras e suas riquezas.

O resultado de toda essa imposição está notadamente presente na história do Brasil e Moçambique, uma vez que a confluência da cultura do invasor português, por um lado, contribuiu para a formação de ambos os países, resultando nessa diversidade cultural que adere todos os povos. Por outro lado, resultou em graves danos à humanidade, tais como as inúmeras mortes que sobrevieram aos indígenas, além da perda parcial da identidade cultural primitiva:

O povo brasileiro pagou, historicamente, um preço terrivelmente alto em lutas das mais cruentas de que se tem registro na história, sem conseguir sair, através delas, da situação de dependência e opressão em que vive e peleja. Nessas lutas, índios foram dizimados e negros foram chacinados aos milhões, sempre vencidos e integrados nos plantéis de escravos. O povo inteiro, de vastas regiões, às centenas de milhares, foi também sangrado em

contrarrevoluções sem conseguir jamais, senão episodicamente, conquistar o comando de seu destino para reorientar o curso da história. Ao contrário do que alega a historiografia oficial, nunca faltou aqui, até excedeu, o apelo à violência pela classe dominante como arma fundamental da construção da história (RIBEIRO, 1995, p. 25).

O colonizador transformou o que deveria estar intacto até os dias de hoje, isto é, “domesticou” um povo que já era revolucionário, porém, conhecidos por ele como “selvagem”, além de ter contribuído em partes para o esquecimento da língua, dos costumes, evidências e outros princípios indígenas.

Para Darcy Ribeiro, é dever da futura civilização “se fazer uma potência econômica, de progresso autossustentado”, pois “estamos nos construindo na luta para florescer amanhã como uma nova civilização, mestiça e tropical, orgulhosa de si mesma” (RIBEIRO, 1995, p. 455).

Ainda que as cicatrizes dos sofrimentos permaneçam no corpo, na alma e no espírito do povo brasileiro e moçambicano e também na história da nação, é necessário que sejamos uma nação “mais alegre, porque mais sofrida”, “melhor, porque incorpora em si mais humanidades”, “generosa, porque aberta à convivência com todas as raças e todas as culturas e porque assentada na mais bela e luminosa província da Terra” (RIBEIRO, 1995, p. 455).

Não obstante, as guerras, as perdas, as influências europeias e outros fatores que contribuiriam para exterminar um povo, uma raça, uma etnia e uma cultura, não foram suficientes para dominar o Brasil, apenas por um momento, pois hoje, somos um povo independente da colônia europeia, com vontade própria e autonomia.

Na verdade, a imposição da cultura europeia contribuiu para formar a atual identidade cultural brasileira. Embora não seja uma cultura extremamente “pura”, é uma mistura de tudo o que existe. É necessário utilizar criatividade artística e cultural para expressar os valores que não foram perdidos na sobreposição dos padrões culturais europeus, pois o Brasil já é “a maior das nações neolatinas, pela magnitude populacional, e começa a sê-lo também por sua criatividade artística e cultural” (RIBEIRO, 1995, p. 454).

Essa identidade cultural, em sua multiplicidade, tanto brasileira quanto moçambicana, é o resultado do entrelaçamento dos processos históricos que ocorreram durante o colonialismo com os elementos culturais já existentes no país antes da colonização portuguesa. O entrelaçamento de culturas diferentes, mesmo contra a vontade dos primeiros habitantes, resultou na influência de ambas culturas, ou seja, após anos de convívio forçado, Brasil e Moçambique acabaram absorvendo os aspectos culturais portugueses. Portanto, os fatores históricos, seja do Brasil, de Moçambique ou de qualquer outra nação, bons ou ruins, interferem plena e diretamente na construção da identidade cultural do país.

A herança deixada pelos colonos foi, em parte, senão toda, de extrema importância para a construção da identidade brasileira e moçambicana. Percebe-se então que a imposição da cultura europeia resultou no “aproximamento” dos países pesquisados e a matriz portuguesa. Esse fato pode ser evidenciado pelas línguas fluentes em todos eles, sobretudo, na oralidade que perdura desde antes da colonização até os dias atuais.

Vale ressaltar que a cultura brasileira e moçambicana ainda não estão de fato consumadas, pois todos os dias são acrescidas de novas formas, novos temas, novos padrões culturais de diversos países do mundo. Por isso, a tentativa de tornar a cultura

em algo comum, isto é, individualizada de outras culturas, evidentemente não funcionou.

Contudo, “somos povos novos ainda na luta para nos fazermos a nós mesmos como um gênero humano novo que nunca existiu antes. Tarefa muito mais difícil e penosa, mas também muito mais bela e desafiante” (RIBEIRO, 1995, p. 454).

4 CONCLUSÃO

As sociedades brasileira e moçambicana, antes da colonização, já possuíam uma cultura, tradições que passavam de geração em geração, de tribo em tribo e de família em família, sendo seus padrões de ser e de viver totalmente diferente dos portugueses, que os impuseram sobre os povos nativos. Sendo assim, os colonizadores descobriram o que já havia sido descoberto, ocupado e dominado pelos primeiros habitantes, porém, tomado à força pelos europeus nas eras coloniais.

Não obstante, mesmo com suas consequências, o processo de imposição cultural da matriz portuguesa foi satisfatoriamente essencial para a formação da identidade cultural brasileira, atrelado à africana, pois, a miscigenação de todos esses padrões culturais (indígenas, europeus e africanos) foi a base que permitiu formar a cultura de Brasil e Moçambique que ainda se encontram em constantes transformações ou adaptações culturais.

Portanto, Brasil e Moçambique foram moldados pela matriz europeia e ainda buscam seus padrões de ser e de viver (cultura), pois a ambos os países tiveram seu início de formação identitária (formação cultural); porém, encontram-se em constantes flutuações, cada um com suas diversidades, particularidades e singularidades.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. R. C. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALMEIDA, M. I.; QUEIROZ, S. **Na captura da voz: as edições da narrativa oral no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

BARRA, S. H. S. **A Impressão Régia do Rio de Janeiro e a colonização dos sertões na construção do novo império português na América (1808-1822)**. Rio de Janeiro: Topoi, v. 16, n. 31, 2015.

CÂNDIDO, A. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Iniciação à Literatura Brasileira: resumo para principiantes**. São Paulo: Humanistas/ FFLCH/USP, 3. ed., 1999.

_____. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos**. Belo Horizonte: Itatiaia Ltda., 6. ed., 2000.

_____. FARIA, G. N. et al. A construção da nação – Imposição cultural e suicídio. In: **II Jornada de Iniciação Científica da FACIG/ III Seminário Científico da FACIG**, 2017.

CIRÍARCO, M. I. F. **Moçambique**: diversidade cultural e linguística. Cadernos de Pós-Graduação em Letras. São Paulo, v. 17, n. 1, p. 94-108, 2017.

DIAS, A. G. **Poesia e prosa completas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. 1998.

FARIA, G. N. et al. A construção da nação – Imposição cultural e suicídio. In: **II Jornada de Iniciação Científica da FACIG/ III Seminário Científico da FACIG**, 2017.

FRANCHETTO, B. **A Guerra dos Alfabetos**: os povos indígenas na fronteira entre o oral e o escrito. MANA, 2008.

GUESSE, É. B. **Da oralidade à escrita**: os mitos e a literatura indígena no Brasil. v. 2, n. 2. Uberlândia: EDUFU, Anais do SILEL, 2011.

LANDT, N. Z. A. P. A nova gazeta da terra do Brasil. In: Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, vol. 33, pp. 1-27. In: RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LUCIANO, G. S. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOUZA, Lynn Mario T. Menezes de. **As visões da anaconda: a narrativa escrita indígena no Brasil**. Revista Semear 7, 2003.

VINAGRE, L. **Moçambique**: Moçambique antes da colonização. 2009. Disponível em: <mocambique.linguaportuguesa.blogspot.com/2009/05mocambique-antes-da-colonizacao.html?m=1> Acesso em: 05 ago. 2018.